

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 107.978 - MG (2019/0033824-3)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : WAGNER PEREIRA NUNES (PRESO)
ADVOGADO : ANA CAROLINA SILVA FERREIRA - MG168252
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recuso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por WAGNER PEREIRA NUNES contra o acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que denegou o HC n. 1.0000.18.126304-7/000.

Consta dos autos que o recorrente foi preso em flagrante pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 33, 34 e 35, todos da Lei n. 11.343/06. A custódia foi convertida em preventiva.

Inconformada, a defesa impetrou o *writ* originário, o qual foi denegado.

O recorrente aduz, em suma, que a prisão cautelar está fundamentada exclusivamente na gravidade abstrata dos delitos, em desrespeito à legislação e à jurisprudência desta Corte.

Requer, em liminar e no mérito, a revogação da custódia, com ou sem aplicação de outras medidas cautelares.

É o breve relatório.

Decido.

Ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau (fls. 128/130).

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

